

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.820 - PR (2019/0100302-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : CONSTRUTORA RVA LTDA
AGRAVANTE : ABDON IMOVEIS LTDA
AGRAVANTE : 2F IMOVEIS E NEGOCIOS LTDA
ADVOGADOS : ADRIANO TOPA - PR032798
ROSA AKEMI MASSUKE DIAS - PR015234
AGRAVANTE : MARCOS DOS SANTOS PRADO
AGRAVANTE : VALERIA SILVA PRADO
ADVOGADOS : ALESSANDRO OTÁVIO YOKOHAMA - PR022273
SIONE APARECIDA LISOT YOKOHAMA - PR029814
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. ART. 932, III, DO CPC/2015. AGRAVO DE CONSTRUTORA RVA LTDA. E OUTRAS NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Na origem, Marcos dos Santos Prado e Valéria Silva Prado ajuizaram ação revisional de contrato c/c reparação de danos e obrigação de fazer contra Construtora RVA Ltda. e outras. Asseveraram terem adquirido o imóvel descrito na inicial e, no decorrer da construção, verificaram que suas especificações não condiziam com as fotos, imagens, ilustrações, promessas e com o contrato celebrado. Pleitearam o conserto dos vícios de construção, aumento da casa construída e indenização por danos morais.

O Magistrado de primeiro grau julgou parcialmente procedente o pedido inicial para condenar, solidariamente, a parte ré a consertar os vícios apontados no laudo pericial e ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada autor. Em razão da sucumbência recíproca, condenou as partes ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015, na seguinte proporção: 70% às rés e 30% aos autores. Deverá

ser observado o disposto no art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil de 2015 na hipótese de beneficiário da assistência judiciária gratuita.

Interposta apelação, a Terceira Vara Cível da Comarca de Umuarama, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso de Construtora RVA Ltda. e outras e negou provimento ao recurso de Marcos dos Santos Prado e Valéria Silva Prado, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fls. 868-869):

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C REPARAÇÃO DE DANOS E OBRIGAÇÃO DE FAZER – SENTENÇA PARCIALMENTE PROCEDENTE – PRELIMINARES – AGRAVO RETIDO – ILEGITIMIDADE PASSIVA DAS IMOBILIÁRIAS – INOCORRÊNCIA – PESSOAS JURÍDICAS QUE INTEGRAM A CADEIA DE FORNECEDORAS – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA CONSTRUTORA E DAS IMOBILIÁRIAS – INÉPCIA DA INICIAL – NÃO VERIFICADA – DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DOS FATOS – POSSIBILITADO O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO – SUSTENTADA A IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DOS PEDIDOS APÓS A CITAÇÃO DAS RÉS – INOCORRÊNCIA – EMENDA A EXORDIAL QUE NÃO ALTEROU OS PEDIDOS E A CAUSA DE PEDIR – ARGUIÇÃO DE DECADÊNCIA DO DIREITO DOS CONSUMIDORES EM RECLAMAR PELOS VÍCIOS DO IMÓVEL – NÃO CONFIGURADA – NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL ENCAMINHADA À EMPRESA EM MENOS DE TRINTA DIAS QUE OBSTOU A INCIDÊNCIA DO INSTITUTO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 26, INCISO II E § 2º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA DEFERIDA EM FAVOR DO CONSUMIDOR (CDC, ART. 6º, VIII) – REQUISITOS PREENCHIDOS – MÉRITO RECURSAL – AUTORES PLEITEIAM A MAJORAÇÃO DO DANO MORAL EM CONTRAPARTIDA OS RÉUS PLEITEIAM SEU AFASTAMENTO, OU SUBSIDIARIAMENTE, SUA REDUÇÃO – DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS – SITUAÇÃO QUE NÃO ULTRAPASSOU O MERO DISSABOR COTIDIANO – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO QUANTO AOS DANOS SUPOSTOS – AGRAVO RETIDO NÃO PROVIDO, RECURSO DE APELAÇÃO 01 NÃO PROVIDO, E RECURSO DE APELAÇÃO, 02 PARCIALMENTE PROVIDO.

Nas razões do recurso especial, as recorrentes alegaram violação:

a) dos arts. 295, incisos I, II e III, do Código de Processo Civil de 1973 e 330, incisos I e II e § 1º, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, no que tange à ilegitimidade passiva das imobiliárias e à inépcia da inicial quanto a esse tema;

b) dos arts. 264 do Código de Processo Civil de 1973 e 329, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015, por entenderem que é vedada a alteração do pedido após a citação; e

c) do art. 618 do Código Civil de 2002 acerca da decadência.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 979-983).

O Tribunal local inadmitiu o processamento do recurso especial pela incidência das Súmulas n. 7 do STJ e 283 do STF.

Contraminuta às fls. 1.054-1.056 (e-STJ) com pedido de aplicação da multa por litigância de má-fé.

Brevemente relatado, decido.

De início, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firmado de que cabe à parte agravante, nas razões do agravo em recurso especial, trazer argumentos para contestar a decisão do Tribunal de origem que negou seguimento ao recurso, justificando, tese a tese, o cabimento do apelo especial, sob pena de incidência do art. 932, III, do CPC/2015 (correspondente ao art. 544, § 4º, I, do CPC/1973).

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182/STJ E DO ART. 932, III, DO CPC/2015.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - Razões de agravo interno que não impugnaram especificamente os

fundamentos da decisão agravada, o que, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus do Agravante. Incidência da Súmula n. 182 do STJ e aplicação do art. 932, III, do CPC/2015.

III - Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 884.901/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 27/05/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - DECISÃO MONOCRÁTICA DA LAVRA DESTE SIGNATÁRIO QUE CONHECEU EM PARTE DO AGRAVO (APENAS NO TOCANTE À ALEGAÇÃO DE USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA) PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, APLICANDO, NO MAIS, O ÓBICE DA SÚMULA 182/STJ. IRRESIGNAÇÃO DO RÉU.

1. Conforme a jurisprudência firmada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, é possível a incursão no mérito da lide pelo Tribunal local, em sede de juízo de admissibilidade, quando necessária para análise dos pressupostos constitucionais de admissibilidade do recurso especial, sem que isso configure usurpação de competência, nos termos do enunciado n. 123 da Súmula deste STJ. Precedentes.

2. É cediço que a ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão que nega seguimento ao recurso especial atrai a incidência do art. 544, § 4º, I, do CPC/1973 (atual 932, III, do NCPC), e a aplicação, por analogia, do enunciado n. 182 da Súmula deste STJ. Precedentes.

3. Não é cabível, em agravo regimental, valer-se a parte agravante de razões não assentadas no agravo em recurso especial, com o extemporâneo propósito de demonstrar não ser aplicável o óbice que motivou a incidência do enunciado n. 182 da Súmula deste STJ. Precedentes.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 773.710/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 17/05/2016)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REMUNERAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SÚMULA 182/STJ.

1. É inviável o agravo que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada. Incidência, por analogia, da Súmula 182 do STJ.

2. A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que, para afastar a incidência da Súmula 182/STJ, não basta a impugnação genérica dos fundamentos da decisão agravada; é necessário que a contestação seja específica e suficientemente demonstrada.

(...)

Agravo regimental não conhecido

(STJ, AgRg no AREsp 327.657/BA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 1º/08/2013)

No caso, verifica-se que as agravantes não atenderam a esse reclamo, limitando seus argumentos a repisar as razões já lançadas no recurso especial (e-STJ, fls. 1.031-1.039).

É dever da parte combater especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o desacerto do *decisum* que negou seguimento à irresignação especial.

Quanto à pretensão da parte agravada, constata-se que não merece guarida, pois, conforme entendimento desta Corte, a interposição de recursos cabíveis não implica em "litigância de má-fé nem ato atentatório à dignidade da justiça, ainda que com argumentos reiteradamente refutados pelo Tribunal de origem ou sem alegação de fundamento novo" (AgRg nos EDcl no REsp n. 1.333.425/SP, Relatora a Ministra Nancy Andrigli, DJe 4/12/2012).

Diante do exposto, não conheço do agravo em recurso especial de Construtora RVA Ltda. e outras.

Publique-se.

Brasília-DF, 07 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator